

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS AQUIDAUANA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RONALDO CLOVIS DOS SANTOS

**AS PRÁTICAS LOGÍSTICAS BRASILEIRAS NA GUERRA DO PARAGUAI NA
MISSÃO MATO GROSSO**

AQUIDAUANA, MS
2023

RONALDO CLOVIS DOS SANTOS

**AS PRÁTICAS LOGÍSTICAS BRASILEIRAS NA GUERRA DO PARAGUAI NA
MISSÃO MATO GROSSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como exigência do curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Ferreira Vargas.

AQUIDAUANA, MS

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

RONALDO CLOVIS DOS SANTOS

**AS PRÁTICAS LOGÍSTICAS BRASILEIRAS NA GUERRA DO PARAGUAI NA
MISSÃO MATO GROSSO**

Aprovado () Reprovado ()

Aquidauana, MS, ____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Ferreira Vargas/UFMS/CPAQ

Profa. Dra. Iára Quelho de Castro/UFMS/CPAQ

Prof. Dr. Guilherme Ignácio Franco de Andrade/UFMS/CPAQ

DEDICATÓRIA

À minha esposa Renata Marcelli, que me incentivou durante essa caminhada, sendo minha parceira, por vários momentos, nos deslocamentos para o Câmpus, aguardando-me ao término das aulas, tolerando minhas reclamações e motivando-me a seguir em frente.

Aos meus filhos Ronaldo e Hanna, pelo apoio e paciência que tiveram comigo durante esse período em que, por várias vezes, exigi de vocês de maneira injusta, como reflexo da própria exigência que lanço a mim mesmo.

Amo todos vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, em primeiro lugar, que me concedeu o fôlego de vida para uma vez mais, ingressar na academia, agora em uma universidade pública: ansiada por muitos e alcançada por poucos.

Aos meus professores, que caminharam comigo, nesta bela e vitoriosa jornada, sempre disponíveis a me ajudar, a orientar, a apresentar o “Norte” no meu processo de formação, em especial, à professora Vera Vargas, a primeira docente que tive o prazer de conhecer, ainda quando era coordenadora do curso, também me agraciando como minha orientadora do Programa de Residência Pedagógica e finalizando com chave de ouro, como minha orientadora para este trabalho, à professora Iara Quelho e ao professor Guilherme Andrade que, além de comporem a banca avaliadora deste trabalho, estiveram sempre presente, fazendo grande diferença em minha vida acadêmica, sendo exemplos que seguirei, como futuro docente.

Me sinto privilegiado por ter convivido com pessoas tão especiais!

Até o Mestrado!

RESUMO

Este trabalho busca identificar as práticas utilizadas pelo Império brasileiro durante a Guerra do Paraguai no front da província do Mato Grosso por meio da pesquisa bibliográfica. Por isso se discute o conceito de logística para entender como a atividade militar se desenvolveu em termos de organização de suprimento entre outros aspectos necessários. Diante da pesquisa realizada é possível apontar as limitações do Exército imperial brasileiro, devido as dificuldades enfrentadas para percorrer as longas distancias necessárias, assim como as dificuldades de mobilizações de suprimentos entre eles destacamos os alimentos e os medicamentos, contribuíram para a força paraguaia na fase inicial da Guerra.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, Práticas logísticas, Exército imperial brasileiro, Província de Mato Grosso.

ABSTRACT

This work seeks to identify the practices used by the Brazilian Empire during the Paraguayan War on the front of the province of Mato Grosso through bibliographical research. Therefore, the concept of logistics is discussed to understand how military activity developed in terms of supply organization among other necessary aspects. In view of the research carried out, it is possible to point out the limitations of the Brazilian Imperial Army, as well as the difficulties faced about the need to travel long distances, as well as the difficulties in mobilizing supplies, including food and medicine, which contributed to the Paraguayan strength in the initial phase of the war

Key-words: Paraguayan War, Logistical Practices, Brazilian Imperial Army, Province of Mato Grosso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 - LOGÍSTICA: CONCEITOS E HISTÓRIA	13
CAPÍTULO 2 - A LOGÍSTICA NA GUERRA DO PARAGUAI: CONTEXTUALIZAÇÕES E DESDOBRAMENTOS.....	24
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA LOGÍSTICA IMPERIAL DURANTE O CONFLITO...37	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

INTRODUÇÃO

A logística é uma ferramenta fundamental, tanto nos meios empresariais quanto nos militares e, inclusive no contexto doméstico.

Boiteux (2015), destaca que a “logística passou a ser considerada com a devida importância a partir da II Guerra Mundial”, porém, suas práticas remontam a eventos anteriores, desde a antiguidade, onde “seus Capitães vislumbravam a necessidade de terem em seus Exércitos um suporte administrativo que os capacite a conquistar a Vitória.

Os ensinamentos obtidos pela logística militar, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, contribuíram para o desenvolvimento da visão sistêmica aplicada à gestão empresarial como mencionado por Torres (2011), quando da do direcionamento das produções de veículos para o “suprimento de veículos militares”.

A definição das necessidades logísticas visam contemplar ações táticas e estratégicas de prever e prover os recursos em quantidades necessárias em locais e tempos adequados que, segundo Pinheiro e Silva (2010), “a previsão de estoques está relacionada à previsão de consumo ou da demanda do material”. Essa previsão possibilita o reconhecimento das necessidades presentes e, ainda, estabelece estimativas futuras dos produtos desenvolvidos pela organização.

Para Branski (2008, apud Fleury, 2000), a logística se refere a uma “atividade estratégica, uma ferramenta gerencial, fonte potencial de vantagem competitiva”, declarando que:

“A logística é parte do processo da cadeia de suprimentos que planeja, estabelece e controla os fluxos de estoque de matéria prima, produtos intermediários e acabados, serviços e informação, desde a origem até o consumidor final”. (BRANSKI, 2008, p. 1)

A logística, no contexto empresarial, segundo Menezes (2002 apud Ballou 2006), “é essencial para organizar os processos de produção de uma empresa, garantindo que os setores de estoque, distribuição e transporte funcionem perfeitamente”, de maneira eficiente e eficaz.

A logística está presente em nossas vidas, mesmo que não percebamos, desde a compra de produtos, sejam eles pela internet ou em lojas físicas, ao chegarem em

sua residência, mesmo que seja você mesmo (a) quem trouxe, em suas próprias mãos, indica ações logísticas.

Nesse processo, há deslocamentos de matéria prima até a planta da indústria, deslocamentos de mão de obra para o processo de produção, execução das tarefas, transporte dos produtos até os comerciantes (virtuais ou físicos), comercialização e utilização pelos compradores.

Percebemos, mesmo que parcialmente, um processo logístico, desde sua produção até a chegada aos lares.

A escolha deste tema para meu Trabalho de Conclusão de Curso, surgiu a partir de minha vivência na área da logística militar em 1993, quando, após a conclusão de meu curso de formação, fui designado para uma Unidade da Força Aérea Brasileira (FAB), onde passei a atuar nos processos de provimento de meios materiais e pessoais para as manutenções e operacionalidade de certas aeronaves em operação no Brasil, bem como com equipamentos voltados à garantia da segurança, salvamento e sobrevivência das tripulações e vítimas de acidentes aéreos e, ainda, com o meu ingresso no curso de Licenciatura em História, na UFMS-CPAQ.

O período em que servi naquela Organização Militar (OM), foi iniciado atuando nas execuções de tarefas de manutenção, quando tive a oportunidade de conhecer, detalhadamente, os equipamentos sob a nossa responsabilidade.

A cada novo equipamento, uma capacitação era oferecida, de maneira a condicionar a mim e meus colegas de trabalho, na execução das inspeções e manutenções, bem como a disseminação do aprendizado adquirido.

Nas ações de manutenção, analisava os equipamentos, quanto às partes (mau funcionamento) ou serviços programados, a fim de determinar a viabilidade do serviço e, caso positivo, o delineamento de materiais e ferramentas para a execução.

Com o passar do tempo, mais experiente, fui designado para atuar no setor de planejamento e controle, responsável por acompanhar a vida dos equipamentos, espalhados pelo Brasil, a fim de prover as manutenções e/ou reposições deles, mantendo as OM em condições de operação.

As tarefas de manutenção definidas nesse setor, previam a realização de serviços programados nos equipamentos, sejam *in loco*, nas próprias OM utilizadoras, também conhecidas como “Operadores” ou através do seu transporte para Lagoa

Santa, como uma Organização Central de manutenção, a fim de realizar uma tarefa mais detalhada.

Os processos de reposições eram definidos através do final de seu tempo de uso, inviabilidade de manutenção ou obsolescência, levando os militares do setor de planejamento e controle aos processos de delineamento das demandas de reposição, bem como a previsão de recursos financeiros, tempo para a realização da licitação, definição do vencedor e entrega dos produtos em Lagoa Santa e a entrega às OM, dentre outras tarefas.

Vemos que o processo logístico se refere a uma tarefa complexa, independentemente de sua aplicação: Indústria, Militarismo ou até mesmo conosco, em nossos lares.

Ao ingressar no curso de História, na UFMS, pensava em elaborar algum trabalho acadêmico que retratasse as Forças Armadas, o que se concretizou quando participava do simpósio referente à Guerra da Tríplice Aliança, envolvendo o Brasil, a Argentina e o Uruguai, contra o Paraguai.

Durante o evento, houve um palestrante que abordou sobre as questões relativas aos equipamentos bélicos utilizados no conflito, levando-me a refletir sobre todo o suporte logístico envolvido a saber: se houve e como se deu, de maneira a analisar as realidades vivenciadas pelos combatentes.

A partir desse anseio, passei a consultar bibliografias que tratam sobre essa guerra, uma vez que esse evento foi considerado o de maiores proporções, ocorrido em nosso continente, no período de 1864 a 1870, deixando milhares de mortos de ambos os lados, bem como grandes dívidas a serem pagas.

Visando o desenvolvimento deste trabalho, baseei-me em estudos bibliográficos sobre o tema e valendo-me do diário de guerra, escrito por Alfredo d'Escagnolle Taunay, no período de 1865 a 1869, intitulado "A Retirada da Laguna", que retrata a jornada percorrida por Taunay no então Exército dos Estados Unidos do Brasil, desde sua formação militar, passando pela designação ao Corpo de Engenheiros e a jornada até as terras paraguaias e sua retirada da Estância Laguna.

Valendo-me dessas pesquisas, verificou-se a questão do suporte logístico durante a guerra, seus destaques, os óbices percebidos, bem como compreendeu-se

o evento com o “olhar” logístico, numa missão iniciada com 3000 homens e seu término (não completado) com apenas 700 homens desnutridos e doentes.

A jornada vivenciada pelo Visconde de Taunay, demonstrou o nível de despreparo das Forças Imperiais, durante o conflito, denotando que, apesar de terem logrado êxito no final, o Brasil e seus aliados vivenciaram momentos de grande pressão e dificuldades, diante das ofensivas paraguaias e da ineficiência do suporte logístico.

Doratioto (2002), descreve o contexto da guerra, a partir do momento em que o Paraguai deixa de ser uma província espanhola, em busca de sua total independência, até o desenrolar dos eventos beligerantes contra o Império do Brasil e seus aliados.

A partir dos diálogos com Doratioto (2002) e Boiteux (2015), associado aos relatos de Taunay (1997), foi possível analisar a logística brasileira empregada nos períodos antecedentes ao conflito e na guerra propriamente dita, delimitada ao período de 1865 a 1870, buscando destacar as nuances apresentadas por esses autores.

É importante, nessa análise, compreender sob o prisma da logística, abordando as práticas realizadas em outros conflitos, no decorrer da história, bem como trazer o olhar aos conceitos logísticos atuais, abordados por autores como Christopher (1997), Ballou (2005), Robbins (2007) e Torres (2011), que bem descrevem as ações logísticas empresariais de planejamento e controle, em um paralelo das atividades de sustentação das ações militares nos campos de batalha.

CAPÍTULO 1

LOGÍSTICA: CONCEITOS E HISTÓRIA

Nos dias atuais, é muito comum vermos nas cidades, caminhões, aviões, banners publicitários, cujas identificações escritas que possuam em sua construção, o termo “Log”, “Logística” ou “Transportes”, identificando seu campo de atuação e serviços prestados.

A logística, nas últimas décadas, vem sendo amplamente empregada, como um nicho de mercado, onde produtores e consumidores são conectados, onde as fronteiras se tornam mais acessíveis, onde a imensidão do mundo se torna mais próxima.

No contexto militar, segundo Boiteux (2015), passou a receber maior atenção e reconhecimento como elemento fundamental para o sucesso durante os combates a partir da II Guerra Mundial, uma vez que até então, recebia tratamento pouco relevante em suas escolas como ferramenta de emprego e gerenciamento de serviços institucionais.

Boiteux declara que a Logística militar:

“No evolver do conflito 1939/1945, adquiriu uma projeção notável, passando a ser considerada como um dos elementos fundamentais em qualquer planejamento operacional para se obter a vitória”. (BOITEUX, 2015, p. 29)

1.1 O QUE É LOGÍSTICA?

A logística, segundo Christopher (1997), se refere ao processo de aquisição e armazenamento de materiais e equipamentos, ou seja, uma ferramenta de gerenciamento de compra, armazenagem e monitoramento de materiais, com o objetivo de se alcançar maior eficiência e lucros, tendo esse atendimento executado de maneira otimizada e de baixo custo

Segundo Christopher:

“A logística é em essência uma orientação e uma estrutura de planejamento que visa criar um único plano para o fluxo de produtos e informações por meio de um negócio. A gestão da cadeia de suprimentos baseia-se nessa estrutura e busca conquistar articulação e coordenação entre os processos de outras entidades em consideração, ou seja, fornecedores, clientes e a organização em si”. (CHRISTOPHER, 1997, p. 3)

Ballou (2005) cita que a logística trata de todas as atividades de movimentação e armazenagem que facilitam o fluxo de produtos/serviços, desde o ponto de aquisição da matéria-prima até o ponto de consumo final, assim como dos fluxos de informação que colocam os produtos em movimento com o propósito de providenciar níveis adequados aos clientes a um custo razoável.

A logística está ligada a todas as áreas da sociedade, sejam elas no contexto industrial, nos processos de produção, armazenagem, distribuição e comercialização, seja nas casas, onde as famílias definem suas demandas para alimento, vestimentas, medicamentos, dentre outros, através da adequação dessas demandas aos recursos disponíveis.

Empresas de comércio de bens e serviços, sejam elas físicas, sejam virtuais, valem-se diariamente de ferramentas de deslocamento de seus produtos, desde seus depósitos, até ao destino, o cliente.

Para isso, faz-se necessário que esse deslocamento represente um elo eficiente, capaz de manter essa prática em plena ação, mantendo essas empresas ativas e creditadas no mercado.

Torres (2011 apud Sturgeon et. al., 2008), aborda sobre posturas de grandes indústrias multinacionais do setor automobilístico, dentre as quais menciona a Ford e a GM, que deixam de possuir em suas plantas, setores de produção de autopeças, terceirizando essas divisões, focando no desenvolvimento e montagem de seus veículos. Elas se valem de empresas parceiras, situadas próximas à fábrica, responsáveis pela fabricação de peças específicas, que são transportadas para a montadora, a fim de se produzir os carros.

Essa prática é conhecida como *Just in time*, que segundo Torres (2011) fazem parte da estratégia de redução de custos da montadora, permitindo que suas demandas sejam atendidas em um espaço temporal reduzido, sempre que a produção assim solicitar.

Portanto, a eficiência de uma atividade, seja ela fabril, comercial ou até prestadora de serviços, está ligada ao processo logístico envolvido na mesma, de maneira a prover os meios necessários para a sua execução.

1.2 A LOGÍSTICA NA HISTÓRIA MILITAR

A necessidade de gerenciamento e manutenção das tropas, sejam em tempo de paz, sejam em tempo de guerra, nem sempre foram preocupações de seus comandantes, porém, podem-se destacar alguns exemplos da percepção de sua importância ao longo da história:

Keegan (2006) declara que Alexandre, o Grande reuniu suprimentos estimados em 52,600 toneladas, a fim de apoiar seu Exército, de 157 mil homens por 4 meses, em seu maior avanço, em 326 a.C., entre o rio Indo e a cadeia de Makran, em uma viagem de 500 quilômetros.

Napoleão Bonaparte (1769-1821), abordado por Boiteux (2015 apud Dervieu, 1942, p.109) declarou que “os exércitos marcham sob seus estômagos”, ou seja, o sucesso de uma tropa está condicionado à alimentação da mesma.

Boiteux (2015) declara que o mesmo Napoleão, durante a invasão da Rússia, com sua insistência na ofensiva, mesmo tendo à frente, uma “terra arrasada”, com poucas ou quase inexistentes fontes de alimento, associado ao inverno rigoroso, representaram alguns dos fatores que determinaram a derrota de seu Exército.

A história está repleta de exemplos de líderes militares que se preocuparam pela manutenção estrutural de suas tropas, seja no provisionamento de alimentos, seja no suporte material às mesmas e, ainda, daqueles que, devido à falta desse suporte, amargaram derrotas.

O homem é o principal foco na busca da vitória em eventos de guerra. Para tal, faz-se necessário que ele esteja preparado fisicamente, mentalmente e materialmente para o cumprimento de sua missão e nesse contexto, a logística desempenha papel preponderante, conforme declara Boiteux que:

“O homem é o fator fundamental nas lutas armadas; o armamento, a organização, o preparo técnico-profissional e o moral, se bem desenvolvidos, conferem o encorajamento indispensável para termos um bom combatente. No entanto, além disso, existe um elemento essencial que começa na preparação e se estende na execução, para que as operações tenham sucesso: a possibilidade do apoio logístico atender às Forças Militares em ação”. (BOITEUX, 2015, p. 42)

Quando abordamos a logística militar, percebemos que ela se faz presente em todas as áreas que, de acordo com Teixeira (2013) estará presente:

- No momento da definição da missão do tipo de Força a se estabelecer (nos dias de hoje, as forças terrestres, marítimas, aéreas e espaciais), bem como a missão a qual será designada;
- No momento da escolha do local onde sua base (quartel) será construída, bem como as instalações que comporão esse complexo, de maneira a prover condições plenas para acionamento e deslocamento de suas tropas, quando necessário;
- Na definição do número de efetivo que fará parte dessa Organização militar, bem como na definição dos equipamentos que serão operados, além das qualificações e treinamentos que o efetivo necessitará para o cumprimento de suas missões; e
- Na estruturação de suporte de fardamento, víveres (rancho). e

Os tópicos acima representam parte das demandas logísticas envolvidas no militarismo, destacando que a função castrense é de manter a segurança e a soberania territorial de um País.

1.3 A LOGÍSTICA PARA A FAMÍLIA

Quando abordamos questões militares, Teixeira (2013) nos leva a compreender que as demandas de uma Organização Militar excedem as necessidades dos soldados e dos combates aos quais serão designados. Ela também prevê o apoio aos familiares, uma vez que esse combatente, também é pai, mãe ou filho; que necessita, quando em cumprimento de suas missões, ter a tranquilidade de que seus entes estão sendo cuidados, enquanto estiver em missão.

Taunay (1997), nos mostra que em vários eventos de guerra, os familiares estiveram juntos aos seus entes (militares) durante a guerra do Paraguai, onde os soldados aliados foram acompanhados de suas famílias, inclusive com crianças de colo, cabendo uma atenção a esse grupo agregado.

1.4 AS ETAPAS DA LOGÍSTICA

Para a execução de quaisquer atividades, faz-se necessário um detalhamento das intenções, demandas, infraestruturas e possíveis óbices enfrentados durante esse processo, de maneira a mitigar, ao máximo, os possíveis desvios, objetivando o sucesso.

Ao tratar da logística, muitos podem pensar que se relaciona apenas à provisão de meios necessários para a execução de uma tarefa. Porém, ela participa ativamente de todos os processos, ou seja: planejamento, delineamento, execução e controle, em um ciclo que deve estar sempre se retroalimentando, corrigindo falhas e implementando melhorias.

Como mencionado anteriormente, a logística, desde a antiguidade, fez parte das civilizações, mesmo que há época não recebesse essa denominação.

Boiteux (2015), nos mostra que as sociedades e seus exércitos, ao se estabelecerem-se, buscava prover meios para a manutenção de suas estruturas (Administração, Segurança e Subsistência), sempre buscando garantir a hegemonia interna de governo e, ainda, buscando a expansão de seus domínios, analisados abaixo:

- **Administração:**

Ao tratar da administração de uma sociedade, estamos englobando a questão macro de gerência dessa civilização, ou seja, a forma de governar um reino, ou povo, de maneira que todos os seus habitantes estejam coesos e sujeitos às diretrizes a eles impostas;

Definir os métodos de administração de uma sociedade está ligada à formatação e instituição das leis, bem como órgãos e organismos de assessoramento e garantia de governo são ferramentas basilares de uma comunidade;

- **Segurança:**

A garantia da segurança dessas sociedades, interna e externamente, representava e representa até os dias atuais, a motivação de se permanecer em certo local.

Os exércitos antigos, também atuavam nos processos de expansão de seus territórios, atribuindo novos domínios e provendo mais riquezas aos reinos.

- **Subsistência:**

A definição das formas de produção e armazenamento de alimentos, bem como as metodologias de comércio exterior permitirão a manutenção da operacionalidade da tropa, bem como a garantia da permanência se seus exércitos nas campanhas militares.

- **Saúde:**

O suporte médico é de suma importância para a manutenção da tropa, seja em suas Organizações militares, quando em atividades de preparo para as missões, seja nas ações de combate, resgatando e restabelecendo os feridos e mantendo-os em condições de se permanecerem operacionais.

Em cada um dos quatro pontos acima apresentados, há a necessidade de definição de suas características, funções e linhas de atuação nas sociedades as quais fará parte, determinando as seguintes ferramentas que permitirão a execução de suas atribuições:

1.4.1 PLANEJAMENTO E DELINEAMENTO

Após a determinação das atribuições, faz-se necessária a definição das ações a serem tomadas, bem como os objetivos a serem alcançados. A essas tarefas, denominamos de planejamento.

Robbins, tratando sobre o planejamento, declara:

“[...] compreende a definição das metas de uma organização, o estabelecimento de uma estratégia global para alcançar essas metas e o desenvolvimento de uma hierarquia de planos abrangentes para integrar e coordenar as atividades”. (ROBBINS 2007, p. 116)

Para Ballou (2005) o planejamento busca responder a perguntas que são constantes na área de atuação a saber: o quê, quando e como. Essas perguntas são respondidas através do delineamento, ou seja, a definição dos meios necessários para a execução da tarefa planejada, inclusive os meios financeiros que custearão as demandas apresentadas.

Associando ao contexto militar, quando um Oficial recebe a atribuição de proceder a uma incursão ao território inimigo, com vistas a desabilitar uma estação de comunicação inimiga, como descrito por Taunay (1997), quando da designação do corpo expedicionário, rumo ao sul de Mato Grosso, para combate aos paraguaios, cabe a esse Oficial apresentar aos seus superiores a maneira pela qual se valerá para alcançar o sucesso na missão, bem como apresentar as demandas necessárias para tal execução, definindo quantidade de militares em sua tropa, os equipamentos necessários, suporte de evacuação, etc.

Portanto, uma missão sem o devido planejamento e o delineamento de suas necessidades está fadada ao fracasso, no caso de situações de guerra, a perda de muitas vidas, ou até mesmo, a derrota total no conflito.

1.4.2 FORNECIMENTO DE MATERIAL E PESSOAL

Após a definição do planejamento e delineamento, entra em ação o processo de distribuição dos materiais e pessoal solicitados para a execução da tarefa (missão), que poderá ocorrer a partir da própria produção ou através de aquisição junto a outras empresas ou organizações, sempre com o suporte financeiro, custeando as operações.

No contexto militar, em uma situação de guerra, o fornecimento de material está ligado às armas, munições, medicamentos e alimentos, que manterão a tropa em ação no teatro de operações.

A deficiência no atendimento de víveres (gêneros alimentícios), descritos por Taunay (1997), por exemplo, representou insegurança quanto ao cumprimento da missão recebida pelo Cel. Camisão:

“A fome continuava iminente. Um segundo rebanho de duzentas cabeças trazido por Lopes de suas terras já havia sido quase todo consumido; nenhuma nova remessa fora anunciada e a comissão de víveres comunicou, em relatório expedido de Nioaque, que doravante não teria mais condições de abastecimento de gado.

Nesta situação extrema, as hesitações do Coronel manifestavam-se com mais frequência; ele chegou mesmo a insinuar que poderia ser forçado a retroceder a Nioaque e abandonar provisoriamente os projetos de ofensiva.” (TAUNAY 1997, p.62).

1.4.3 CONTROLE LOGÍSTICO

Após a definição das atribuições e necessidades, o fornecimento dos recursos humanos e materiais, é de suma importância o armazenamento, distribuição e acompanhamento das utilizações desses meios, através de ferramentas de controle.

Branski (2008) trata do Warehouse Management System (WMS), como um sistema de gestão de armazéns, depósitos e centros de distribuição que gerencia as operações de armazenagem e otimiza todas as atividades operacionais (fluxo de materiais) e o fluxo de informação, aumentando a produtividade. Esse sistema inclui as atividades de recebimento, inspeção, endereçamento, armazenagem, separação, inventários, reabastecimento, embalagem, carregamento, expedição, emissão de documentos e controle de estoque.

A autora está tratando, em específico, de questões ligadas às empresas, onde a eficiência de seus processos redundando em sucesso no mercado, altamente competitivo e que, questões como essas, refletem na sobrevivência comercial.

As forças militares não buscam esse sucesso comercial, mas o sucesso na execução das missões às quais foram designadas e para tal, necessita do mesmo empenho, que redundará na confiabilidade da população à qual se propôs a defender e, principalmente, na vitória em campo de batalha.

Percebemos, portanto, que o controle logístico tem papel de grande importância na garantia do cumprimento da missão. O fornecimento de materiais ou designação de pessoal, sem o devido acompanhamento, está fadado ao fracasso.

Para tal, nesse processo de controle, teremos condições de preparar reposições, prover materiais para a execução de manutenções nos equipamentos; melhorias de suprimento de material; e qualificação de pessoal.

1.4.4 INTELIGÊNCIA

Tanto em momentos de paz ou de guerra, a Inteligência ocupa importante papel na estruturação de uma Organização Militar (OM) com todos os seus meios (humanos e materiais, bem como nos planejamentos de incursão em um Teatro de Operações (TO).

Essa ferramenta trabalha lado a lado com o planejamento e delineamento. Ela oferece as informações necessárias para as definições de missões e demandas a serem providas.

Silva Júnior, ao abordar sobre a Inteligência Militar declara que se trata de uma:

“[...] atividade que permeia todas as operações militares, acompanhou a evolução tecnológica, agregando à fonte humana outras fontes de obtenção de dados, como sinais, imagens e cibernética.” (SILVA JUNIOR, 2013. p. 3)

Percebemos que a Inteligência é um importante braço na constituição de uma força militar, bem como a aplicação dela em um momento de conflito armado, ou seja: não se pode empreender quaisquer ações de incursões contra um inimigo, sem que haja conhecimentos prévios, informações sobre o oponente.

A partir desses dados, traça-se o perfil desse oponente, para as identificações das necessidades para a implementação da campanha militar.

O evento denominado “A Retirada da Laguna”, relatado por Taunay (1997), durante a guerra ocorrida de 1864 a 1870, envolvendo de um lado, o Brasil, Argentina e Uruguai e do outro, o Paraguai, descreve a missão realizada por uma força expedicionária brasileira, em 1865, com o objetivo de cercar Solano López ao norte, em Mato Grosso e ao sul, por Corrientes.

Durante a missão de Mato Grosso foi de suma importância a participação de José Francisco Lopes, o Guia Lopes que, como era um exímio conhecedor da região delimitada para a incursão, foi de suma importância para a condução dos soldados brasileiros até a Fazenda Laguna, em terras paraguaias.

Taunay, ao descrever sobre Guia Lopes declara que:

“[...] durante sete anos residiu com a família no Paraguai, mas quando ocorreu a invasão, já havia retornado ao solo brasileiro e habitava às margens do rio Miranda, na fazenda Jardim, tornada fértil por seu trabalho e pelos filhos já criados. Ele e a esposa, d. Senhorinha, hospedavam generosamente a todos que ali passavam.

Quando os paraguaios irromperam no território brasileiro, Lopes conseguiu escapar, mas sozinho: sua família inteira caiu em poder dos inimigos, que a transportou para a vila paraguaia de Hocheta, a sete léguas da cidade de Conceição. O coração do velho acompanhou os seus.” (TAUNAY, 1997. p. 58)

O conhecimento prévio de Guia Lopes e o desejo de reencontrar seus familiares, permitiu que sua presença com os combatentes brasileiros fosse de grande importância para a jornada e para a manutenção da vida de vários soldados, seja através da localização de fontes de alimentos, seja na condução da retirada.

Portanto, as ações de Inteligência, são metodologias de obtenção de informações, necessárias para o desenvolvimento de uma tarefa, não se prendendo apenas ao meio militar, mas no meio civil, industrial e corporativo, onde as informações definem os sucessos e fracassos.

1.5 A LOGÍSTICA DEFININDO VENCEDORES E VENCIDOS

Podemos notar que, em quaisquer que sejam os empreendimentos, sejam eles militares ou não, a logística deve se fazer presente, prevendo situações, delimitando demandas, provendo a manutenção da atividade, que no meio militar é conhecido como missão.

Durante o evento de retirada da Estância Laguna, percebemos, em vários momentos, as manifestações dos soldados da força expedicionária brasileira, em um território inóspito, desconhecido e desafiador, onde a fome, a sede e as enfermidades atuaram sem piedade sobre os combatentes, que não recebiam as provisões de víveres (alimento) e medicamentos para os males oriundos do local e da guerra, como relata Taunay em sua obra:

“O comandante decidiu, portanto, permanecer momentaneamente em Bela Vista, e, numa ordem expedida pelo viajante Joaquim Augusto que nos deixava, prescreveu que de Nioaque enviassem munição, provisões e roupas para os soldados...Mas a falta de gado já tornava insustentável a posição de Bela Vista; a distribuição de víveres começava a se tornar insuficiente”. (TAUNAY, 1997. p.104).

Percebemos, portanto que a moral da tropa e o pleno desenvolvimento das atividades inerentes à missão estão ligados a um provimento de condições favoráveis e seguras, ou seja: o soldado não deixará de guerrear pela falta de comida ou

remédio, mas seu desempenho ficará limitado e, caso essa realidade de privação permaneça, a posição estará comprometida, podendo culminar na derrota.

Schubert e Kraus descrevem as ações desenvolvidas na Guerra do Golfo, de 1991, abordando a importância das operações logísticas, mesmo que, através das grandes dificuldades impostas pelo inóspito teatro de operações da Arábia Saudita.

“A logística desempenhou um papel decisivo para o sucesso. Devido à superioridade aérea da coalizão, os especialistas puderam trabalhar sem impedimentos. Apesar dos longos eixos de suprimento e das severas condições do deserto, as forças dos Estados Unidos e da coalizão foram adequadamente apoiadas, permitindo que as tropas combatentes cumprissem suas missões. Os problemas logísticos ligados ao envio de tropas e seus equipamentos para a Arábia Saudita pareceram, às vezes, insuperáveis para os estrategistas. Mas eles conseguiram meios de transporte aéreos suficientes para deslocar as tropas, perfazendo quase 12.800 quilômetros de voo, e transporte marítimo que navegou 19.200 quilômetros para levar todo equipamento. No entanto, quando estavam no teatro de operações, os suprimentos nem sempre fluíam com a rapidez que aqueles que esperavam por eles achavam que deveriam. Um comandante de um grupo de artilharia se queixou de que nossos sistemas logísticos e de pessoal não são cordiais com os usuários nem estão preocupados com os clientes. Outros comandantes concordaram com a opinião” (SCHUBERT; KRAUSS, 1998, p. 331).

A partir deste capítulo, foi possível conhecer um pouco sobre a logística, sua história, aplicações e nuances, presentes em todas as áreas da sociedade, inclusive em eventos de conflitos armados.

Veremos a seguir, de maneira mais específica, a questão logística presente no maior conflito armado ocorrido no Continente Sul-americano: a Guerra do Paraguai.

CAPÍTULO 2

A LOGÍSTICA NA GUERRA DO PARAGUAI: CONTEXTUALIZAÇÕES E DESDOBRAMENTOS

A Guerra do Paraguai, como descrito por Doratioto (2002),, foi o maior evento armado ocorrido na América do Sul, envolvendo o Brasil, a Argentina e o Uruguai, ocorrida a partir de dezembro de 1864 até março de 1870, com a morte de Solano Lopez, na batalha de Cerro Corá.

Ao tratar desse conflito que dizimou milhares de vidas, principalmente paraguaias, pretendeu-se analisar as motivações e as ações, principalmente as questões logísticas envolvidas nesse período.

Um evento de beligerância sempre terá, como pano de fundo, a garantia de interesses ou a ampliação de benefícios.

Vejamos neste capítulo, as contextualizações históricas e geográficas dos países envolvidos no conflito, bem como as aplicações logísticas de ambos os lados, buscando contemplar as Etapas Logísticas”, abordadas no capítulo anterior.

2.1 UM BREVE RELATO DOS ATORES DESSE CONFLITO

O Paraguai, até o ano de 1811, fazia parte do Vice-Reinado do Prata, que também incluía os seguintes países atuais: Argentina, Bolívia e Uruguai, tendo como sede, Buenos Aires.

Segundo Doratioto (2002), em 15 de maio de 1811, o Paraguai se torna independente da Espanha, passando a ser denominada República, sendo seu primeiro governante, José Gaspar Rodríguez de Francia que, durante seu governo, todos os seus oponentes foram eliminados e, referente ao comércio exterior de seu país, promove restrições, ocorrendo, porém, modestamente com a Argentina, na Villa del Pillar, em Corrientes e com o Império do Brasil, na Vila Itapúa.

Doratioto (2002) descreve que a Argentina já era independente desde 1810 e o Brasil, por sua vez, em 1822, se tornaria independente de Portugal, passando a ser denominado Império do Brasil e, ainda, o Uruguai se torna uma Nação em 1828, ou

seja, nações cujas independências de suas colônias se deram em períodos próximos, cabendo todo um processo de estruturação.

Segundo Doratioto (2002), a burguesia de Buenos Aires, com sua independência, pretendia monopolizar o comércio marítimo a partir do Rio Paraná, dificultando as atividades comerciais das ex-províncias do interior, inclusive com a intenção de anexá-las aos seus domínios.

Com a morte de Francia em 1840, segundo Doratioto (2002), o Paraguai passa a ser governado por duas juntas militares e um consulado até que, em 1844, o congresso elege Carlos Antônio López como Presidente da República do Paraguai, cujo governo mantém a linha ditatorial de Francia, internamente, porém, externamente, passou a atuar mais abertamente com os demais países, assinando tratados de comércio e de limites.

Sua intenção era ampliar o comércio exterior e modernizar o país, porém, Rosas, de acordo com Doratioto (2002), então ditador na Argentina, visava a reincorporação das antigas províncias do Vice-Reinado do Prata, que conduziu à Guerra do Prata, tendo Rosas como derrotado.

Doratioto (2002) descreve que a Política externa de Carlos López se desenvolve e, em 1844, após uma aproximação com o Brasil na Guerra do Prata, recebe do Império do Brasil, o reconhecimento de sua independência, com o envio do primeiro encarregado de negócios brasileiro, José Antônio Pimenta Bueno, o futuro Marquês de São Vicente.

Segundo Doratioto (2002), através de Pimenta Bueno, o Paraguai assinou os "Tratados de Aliança, Comércio, Navegação, Extradicação e Limites", não ratificados pelo governo imperial.

Ainda segundo o autor:

“Em 1854, Francisco Solano López, filho mais velho de Carlos Antônio López, foi enviado à Europa como Ministro Plenipotenciário para comprar armamentos e estabelecer contatos comerciais”. (DORATIOTO, 2002. p.29)

Em Paris, Solano López conhece Elisa Alicia Lynch, declarada por Doratioto (2002), como uma “uma cortesã de luxo” e que, posteriormente, se muda para o Paraguai, acompanhando Solano López.

Ao retornar à sua terra natal, Solano López é nomeado vice-Presidente do Paraguai, assumindo o poder em 1862, com a morte de seu pai, Carlos López.

Ao assumir o país, Solano López, segundo Doratioto (2002), recebe um Paraguai unido, sem dívidas e com desenvolvimento tecnológico, porém, com as relações estremecidas na região principalmente com o Brasil e Argentina, por conta das disputas territoriais e comerciais, por conta da Bacia do Prata, tornando a política externa paraguaia se torna mais delicada com a vitória dos Colorados no Uruguai, sobre os Blancos, parceiros do Paraguai, comprometendo o deslocamento comercial até o Oceano Atlântico, através do Rio Paraguai, sendo esse evento o marco para o início da Guerra do Paraguai contra Brasil, Argentina e Uruguai.

2.2 A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

Diante do cenário pouco amistoso na região do Prata, Paraguai e Brasil, protagonistas da época, que na década de 1840, se convergiram para uma parceria e, diante dos interesses unilaterais do império brasileiro, se posicionaram em rota de colisão quando, durante o governo de Solano López, passaram a viver a expectativa de um conflito armado, como a única solução para os impasses comerciais e territoriais.

Doratioto descreve, baseado em relatos de aliados, que o exército paraguaio não era tão habilitado quanto a historiografia brasileira relata.

Quanto ao efetivo militar paraguaios o autor :

“Quando Solano López chegou ao poder, o Exército guarani dispunha de 73273 soldados [...] Em março de 1864, havia, porém, nos campos de treinamento 30 mil homens em Cerro León; 17 mil em Encarnación; 10 mil em Humaitá; 4 mil em Assunção e 3 mil em Concepción”. (DORATIOTO, 2002. p. 93)

Doratioto (2002), através dos dados acima, mostram que o Paraguai estava em preparação para a guerra, porém, contrariando a historiografia brasileira, esse efetivo não estava tão habilitado assim. Os paraguaios dispunham de armamentos obsoletos, homens em preparação, mas a elevada motivação em lutar por seu país, cujos números, no final de 1864, início da guerra desses 73.273 soldados, apenas 12.945 militares. Seus equipamentos eram sobremaneira obsoletos, porém, a vontade de defender os interesses de seu país, os motivava à luta.

Já o Brasil, segundo Doratioto (2002), contava com 18.320 homens, divididos entre os oficiais, oriundos das classes mais abastadas da sociedade e os militares de

baixa patente, mal equipados, mal treinados e mal apoiados, logisticamente falando, no efetivo de seu exército, porém, com possibilidades de expansão às centenas de milhares, com a agregação dos homens da Guarda Nacional e do voluntariado, nas mesmas condições de despreparo que os militares subalternos.

A partir das descrições dos efetivos de ambos os lados, percebe-se uma certa diferença, no que se refere ao preparo militar, com o objetivo de, em um primeiro momento, garantir a defesa de seus territórios e, posteriormente, viabilizar ações ofensivas.

Se por um lado, o Paraguai, com base nas declarações de Doratioto (2002), tendo Solano López ainda como Ministro de seu pai, Carlos López, buscava na Europa meios para garantir sua soberania contra as intenções de reincorporação das províncias do Prata por Rosas, adquirindo armamentos e demais equipamentos bélicos, bem como buscando meios para o treinamento de seus soldados, o Império do Brasil, por sua vez, destacado por Pereira (2007), apesar de ter experimentado, décadas antes, o conflito contra o Uruguai, que redundou naquela região, mesmo que possuindo um grande território, contava um exército mais limitado numericamente e menos profissional do que o Paraguai, fazendo que seu esforço de mobilização e deslocamento se desenvolvesse com maior dificuldade, principalmente no período inicial do conflito.

O Império do Brasil, segundo Doratioto (2002), era mal assessorado militarmente, ao ponto que, nos meses antecedentes à invasão paraguaia ao Forte Coimbra, em Mato Grosso, quando nesse destacamento havia apenas “875 soldados”, sendo que o ideal para o momento, que já indicava a possibilidade de uma guerra, deveria contar com “3879” homens.

O nível de despreparo brasileiro era tamanho que, segundo Doratioto (2002), espiões paraguaios adentraram ao território Imperial, sejam como visitantes militares, em “amistosas visitas oficiais”, como ocorrida durante a missão do Tenente da Marinha André Herreras, ao desembarcar em Corumbá e Dourados, sendo recepcionado sem maiores preocupações, ou, ainda, através de missões de espiões disfarçados, como o caso do Coronel paraguaio, Francisco Isidoro Resquín, que se apresentou como fazendeiro, interessado em comprar terras na região de Miranda, sempre com a real intenção de identificar as capacidades militares brasileiras, visando

planejamentos de ataque, o que demonstrou aos futuros invasores, condições mais que favoráveis para as incursões.

Segundo Doratioto (2002), as instabilidades entre Brasil e Paraguai, já demonstravam os indicativos para um conflito armado, através da ação paraguaia de captura o vapor Marquês de Olinda, em 12 de novembro de 1864, quando transportava o futuro presidente da província do Mato Grosso, o Cel. Frederico Carneiro de Campos, sendo considerado pelo governo Imperial brasileiro uma ação de guerra, o que foi ratificado com o ataque ao Forte Coimbra, em 26 de dezembro de 1864, dando início à guerra onde o exército de Solano López, diante da fragilidade da defesa brasileira, empreendeu ataques à Província de Mato Grosso, nos atuais municípios de Corumbá e Miranda.

2.3 A MOBILIZAÇÃO BRASILEIRA

A historiografia brasileira, segundo apresentada por Doratioto (2002), mostra que o Forte Coimbra era bem protegido, com muralhas de pedras ao redor, que contava com um total de 150 pessoas, das quais, 115 eram militares e as demais incluíam mulheres e indígenas. Seu inventário apresentava 17 canhões e 12 mil cartuchos em seu arsenal, dos quais 9 mil foram preparados pelas mulheres.

O ataque realizado pelos paraguaios, segundo Doratioto (2002, p. 147), poderia ter sido realizado com maior dificuldade, uma vez que os soldados brasileiros no forte poderiam ter resistido com mais eficiência essa investida pois, a partir dos relatos de “Thompson e Centurión, dois participantes da guerra, do lado paraguaio e autores de relatos equilibrados”, descrevendo que:

“ [...] os brasileiros deveriam ter resistido em Coimbra. [...] os defensores dispunham, sim, de munições, e que não haviam sido cortadas suas comunicações com a retaguarda, onde contavam, para apoiá-los, com navios da Marinha Imperial no rio Paraguai. De fato, na lista do armamento capturado constam 83400 cartuchos de fuzil e 120 quilogramas de pólvora fina.” (DORATIOTO, 2002, apud THOMPSON, p. 34-34 e CENTURIÓN, 1987, P. 218-219)

A partir da invasão paraguaia ao Mato Grosso, o Império do Brasil declara guerra ao Paraguai e passa a mobilizar homens de todas as províncias do país, que segundo Doratioto (2002) tratava-se de “modestas mobilizações de contingentes”, sendo insuficientes para a missão que estaria por vir, uma vez que o serviço militar

não era uma carreira almejada pelos brasileiros. Para eles, tratava-se de um serviço de baixa valorização, destinado àqueles desqualificados ou castigados por algum motivo. Os militares encontravam-se em condições desfavoráveis nos quartéis. Seus soldos, há mais de quarenta anos, se mantinha o mesmo, ainda que, em 1865, esse valor representasse 50% do poder de compra.

Segundo Doratioto (2002), a desvalorização e despreparo desse grupo era tamanha que o mínimo suporte necessário, a saber: alimentação e alojamento, era precário ou inexistente, aumentando ainda mais a desmotivação da população em incorporarem-se às fileiras do exército, sendo estas compostas nas posições mais subalternas, por indivíduos sem a devida apreciação da comunidade.

Com o cenário conflituoso contra o Paraguai se descortinando, o Império vê, na Guarda Nacional que, segundo Doratioto (2002), “era composta por 440972 homens”. Eram milícias atuantes nas províncias do Império, como uma possibilidade de reforço ao contingente do exército, sendo esse grupo considerável em número que,

Doratioto (2002) menciona que o alistamento a esse grupo se dava através de indivíduos das classes mais baixas da sociedade que, com renda mínima anual de 200 mil réis, não representava um real reforço ao exército imperial, uma vez que a Guarda Nacional era mal paga, mal equipada, com armamentos obsoletos, associado a um contingente despreparado, composto por indivíduos segregados socialmente da comunidade, cuja função original se restringia a ações parapoliciais, ofertando aos mesmos, um certo status social.

As convocações da Guarda Nacional não representaram grande avanço às fileiras de combatentes brasileiros. Segundo Doratioto (2002), muitas províncias não cumpriam a solicitação de envio, como solicitado e, ainda, houve casos em que os convocados contrataram substitutos para seguirem ao front, atividade essa permitida à época, porém, representou grande fator de redução da já questionada credibilidade e confiabilidade dessa tropa, gerando uma movimentação do governo imperial em elevar o número de alistamentos, através da oferta de benefícios àqueles que se dispusessem a incorporarem às fileiras brasileiras, através da criação do Corpo de Voluntários da Pátria, que por meio de decreto imperial, visava motivar o alistamento

de homens com idades entre os dezoito e cinquenta anos, para comporem as forças imperiais nos campos de batalha.

Como motivação, a campanha de alistamento e incorporação para a guerra contra o Paraguai, segundo Doratioto, seriam ofertados:

“ [...] além do soldo normal dos soldados das forças regulares, quinhentos réis diários, uma gratificação de 300 mil réis, ao darem baixa no final da guerra. [...] teriam direito, ainda, a terras, na extensão de 49500 metros quadrados, nas colônias militares e agrícolas em diferentes pontos do Brasil. [...] garantia-se, também, promoções por bravura, meio soldo se ficasse inválido e, em caso de morte, pensão nesse valor, para herdeiro indicado à vontade ” (DORATIOTO, 2002. p. 167-168)

Essas ações motivaram o crescimento de alistamentos dos membros da guarda nacional, uma vez que as vantagens oferecidas representavam uma possibilidade de melhoria de vida, já que esses alistados não criam em um conflito de grande duração.

Porém, mesmo com todos os benefícios ofertados, as convocações obtiveram resultados abaixo do esperado, sendo mitigado com convocações de escravos, de acordo com Toral (1995) e indígenas, como descrito por Vargas (2005), voluntariamente ou de maneira compulsória, atuando com grande coragem e valor, mesmo que sem o devido reconhecimento.

Segundo Toral (1995), os escravos incorporados poderiam ser originários de doações de seus proprietários que os enviavam, a fim de esquivarem-se a si mesmos ou familiares de seguirem para a guerra, ou de maneira voluntária, como a ação do próprio Imperador, que enviou escravos de sua propriedade, de maneira a incentivar outras ações como a sua.

Para esses escravos, de acordo com Toral (1995), havia a promessa de liberdade, quando retornassem da batalha, ao seu final.

Apesar de serem incorporados às fileiras brasileiras, esses negros não eram recebidos ou tratados como verdadeiros membros da força expedicionária.

Segundo Toral (1995), esses negros, sejam eles escravos ou libertos, eram alvos de discriminação racial por parte do exército brasileiro, que “recebiam mal os homens de cor do Norte e Nordeste”.

Vargas (2005), descreve que “índios Terena foram incorporados à Guarda Nacional, assim como os demais índios”, além das etnias Kinikináo e Laiana,

habitantes de aldeias próximas às margens do rio Aquidauana, sendo os Terena, em maior número de incorporações (216, 39 e 20, respectivamente).

Segundo Vargas (2005, apud Taunay, 1923. p. 205-6), os indígenas foram incorporados à Guarda Nacional, de maneira voluntária, cuja intenção, além da espontaneidade, a possibilidade de protegerem-se dos fazendeiros da região, que os ameaçavam, representando:

“[...] uma escolha dos próprios índios, como uma possível solução para os problemas entre eles e os fazendeiros; além de representar a defesa dos territórios que tradicionalmente ocupavam antes desse conflito.” (VARGAS, 2005, p. 2 e 3)

Vargas (2005) ainda declara que os indígenas, mesmo colocando suas vidas em risco pelo Império, “não tinham adquirido o direito de possuírem armas como os demais soldados brasileiros [...] com receio que esses se rebelassem contra o exército brasileiro”.

2.4 TAUNAY E A RETIRADA DA LAGUNA: UM EXTRATO LOGÍSTICO DO IMPÉRIO DO BRASIL DURANTE O CONFLITO.

Taunay (1997), em sua introdução se apresenta como filho de Félix Émile Taunay e Gabriela Hermínia d'Escragnolle Taunay, filha do conde d'Escragnolle, graduado como Bacharel em letras pelo Colégio Pedro II, em 1858 e incorporado ao Exército Imperial, em 1859, seguindo a tradição militar da família, se tornando alferes aluno em 1862, sendo promovido em 1864 a Segundo Tenente.

Segundo Taunay (1997) quando da declaração de guerra realizada pelo Paraguai, em 13 de dezembro de 1864, Taunay cursava o segundo ano de engenharia militar na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, sendo, à época, Taunay pertencia ao 4º Batalhão de Artilharia, na Província do Pará, que se encontrava a caminho do Rio de Janeiro, a fim de integrar a unidade comandada pelo então Capitão Manoel Deodoro da Fonseca.

Para combater os paraguaios, segundo Taunay (1997), o Império do Brasil planejava realizar duas incursões, a saber: uma expedição pela Província do Mato Grosso pelo norte e outra ao sul do país, atacando o inimigo a partir da margem do Rio Apa, no Sul de Mato Grosso e em Corrientes, na Argentina.

Taunay (1997), não via com bons olhos seguir para a guerra como um simples Tenente de Artilharia nas tropas de Deodoro e, sendo seu pai amigo do Imperador, conseguiu que o mesmo fosse designado para a missão de Mato Grosso, como ajudante da Comissão de Engenheiros.

Para muitos, a guerra não se estenderia por muito tempo, como descrito por Taunay:

“Catão Roxo, colega da escola Militar, também incluído na comissão” assegurar-lhe que a guerra acabaria antes que chegassem, viajando pelo interior do país, à fronteira com o Paraguai”. (TAUNAY, 1997. p. 13)

Taunay (1997 apud *Memórias*, p. 136), se descreve como um jovem militar das ciências, e viu na designação de seguir com a missão de Mato Grosso, a possibilidade de conhecer regiões ainda não exploradas e estudar espécies ainda desconhecidas.

Sua viagem, rumo à missão designada ocorreu em 1º de abril de 1865 quando:

“Taunay embarcou no vapor *Santa Maria* que o levaria ao porto de Santos. Estava fardado e trazia revólver e espada à cinta, mas “chorava como uma criança”, tendo ao redor de si os outros membros da comissão de engenheiros. Em 2 de abril, subiram a serra e chegaram à capital paulista; no dia 15 a força expedicionária partiu dali para Campinas, onde permaneceu dois meses, sem nenhuma justificativa plausível”. (TAUNAY, 1997, p.14)

A incredulidade quanto às expectativas da duração do conflito era tamanha, que, enquanto em Campinas, os oficiais protagonizaram o escândalo, com a “notícia de que os oficiais frequentavam bailes e banquetes em Campinas, esquecidos da guerra” (TAUNAY, 1997, p.15), chegando ao conhecimento da Capital.

Segundo Taunay (1997), o Coronel Drago decide seguir com seus militares para Uberaba, onde recebe reforço ao seu contingente, porém, permanece na cidade por mais 42 dias, sem qualquer justificativa, demonstrando insegurança quanto ao seu comando, ao ponto de não saber como conduzir sua tropa; se deslocaria para Cuiabá, ou para Miranda, levando o alto comando a solicitar seu retorno imediato ao Rio de Janeiro, após alcançar Goiás e lá chegar com 3 mil soldados, passando a tropa a ser comandada pelo Coronel José Antônio da Fonseca Galvão.

Durante essa expedição, as intenções não foram alcançadas, como planejado, face às grandes dificuldades que os soldados brasileiros enfrentaram durante a jornada, como descrito por Taunay:

“Infelizmente este projeto de ação diversionária não foi realizado nas proporções de que a sua importância requeria, com o agravante de que os contingentes acessórios com que contara para aumentar o corpo de exército expedicionário, durante a longa marcha através das províncias de São Paulo e de Minas Gerais, falharam em grande parte, ou desapareceram devido a uma epidemia cruel de varíola, bem como às deserções que ela motivou. O avanço foi lento: causas variadas, e sobretudo a dificuldade do fornecimento de víveres, provocaram a demora” (TAUNAY, 1997, p. 38).

Ao tratar sobre os suportes de alimentos (víveres), Boiteux (2015) destaca que:

“Cabia ao Comissariado, subordinado à Repartição do Quartel-Mestre-General, o abastecimento das tropas. Não tendo sido organizado um Serviço de Intendência, o pessoal do Comissariado era civil o que, desde logo, fazia prever o desacerto no seu funcionamento.” (BOITEUX, 2015. p. 58)

A declaração de Boiteux (2015) é ratificada por Taunay (1997), uma vez que as ações de suprimento logístico, sejam de víveres, sejam de armamentos ou reposição de homens aos campos de batalha foram ineficientes durante a jornada da missão de Mato Grosso, o que limitava a cadência do deslocamento da tropa.

A deficiência nos fornecimentos de alimentos à tropa não estava ligada às questões financeiras, uma vez que, segundo Boiteux (2015), as aquisições eram realizadas à vista e à dinheiro. Essa dificuldade estava na inexistência de um organismo militar voltado para essa tarefa, a Intendência, de maneira que, os cumprimentos das entregas a serem realizadas pelos civis contratados estaria condicionado ao sentimento de segurança para que esses pudessem chegar aos acampamentos.

Segundo Taunay (1997), a missão designada ao contingente no qual o mesmo fez parte, consistia em adentrar o território paraguaio a partir do Mato Grosso, partindo de Coxim até cruzar a fronteira, através do Rio Apa, alcançando a Estância Laguna.

O caminho percorrido pelos soldados brasileiros foi repleto de desafios, iniciados pelas dificuldades regionais, cujo território era deveras amplo e de pouco conhecimento dos militares que, em sua maioria, eram originários de regiões distantes.

As dificuldades quanto ao desconhecimento da região foram mitigadas com a presença do guia José Francisco Lopes, que segundo o relato de Taunay (1997) era “oriundo de Piuí, Província de Minas Gerais”, que conhecia muito bem a região e aceitou com gosto a incumbência, principalmente pelo fato de sua esposa e filhos

terem sido aprisionados pelos paraguaios, durante o conflito, como descreve Taunay sobre o guia Lopes:

“Oriundo de Piuí, província de Minas Gerais, percorrerá, ao sabor do acaso, todos os pontos da região que se estende do rio Paraná ao rio Paraguai. [...] Durante sete anos residiu com a família no Paraguai, mas quando ocorreu a invasão, já havia retornado ao solo brasileiro e habitava às margens do rio Miranda, na fazenda Jardim[...] Quando os paraguaios irromperam no território brasileiro, em 1865, Lopes conseguiu escapar, mas sozinho: sua família inteira caiu em poder dos inimigos.”(TAUNAY, 1997. p 57-8)

Taunay (1997) descreve em seu relato que a participação do guia Lopes foi de grande valia para a condução da tropa brasileira até as terras inimigas e, quando da retirada, evitou que número maior de vidas fossem perdidas, principalmente diante das dificuldades de fornecimentos de alimento, sendo amenizadas pelo guia Lopes que, em várias oportunidades, que cedeu bois de sua criação para que a fome da tropa fosse saciada.

2.5 ENTRANDO EM TERRAS PARAGUAIAS E A RETIRADA DESESPERADORA.

Taunay (1997) descreve que a jornada da força expedicionária imperial foi repleta de desafios naturais, beligerantes e logísticos.

Os combates, segundo seus relatos, não se deram constantemente, inclusive os embates corpo-a-corpo. As lutas se davam à média distância, com os brasileiros valendo-se de seus canhões e rifles de médio alcance que, em muitos momentos, superaram os equipamentos paraguaios, que se encontravam em desvantagem bélica e se valiam das técnicas de incêndios das regiões, de maneira a arrasar a terra e sua possibilidade de alimento, bem como, com o direcionamento das chamas ao inimigo, limitarem ainda mais. O exército brasileiro já não contava com os 3 mil homens iniciais onde muitos desses homens sucumbiram às deserções, enfermidades locais e desnutrição, mas, mesmo diante das mazelas enfrentadas, os soldados atravessaram o rio Apa e tomaram a posição, situada na Estância Laguna, já em terras paraguaias.

Taunay (1997) descreve que os soldados paraguaios, que pensavam estarem sendo atacados por cerca de 6 mil homens do exército brasileiro, pôde perceber, com a paralisação determinada pelo Coronel Camisão, que seu oponente se encontrava em situação de debilidade, o que motivou o contra-ataque, desencadeando a retirada

da força expedicionária brasileira das terras paraguaias, por conta de um período religioso, como citado:

“O motivo só nos foi revelado depois; provinha de seus próprios escrúpulos: estávamos na Sexta-Feira Santa, e a iniciativa de uma ação sangrenta no dia da morte do Salvador repugnava a um coração religioso como o do nosso chefe, escravo de todos os nobres sentimentos e propenso a enxergá-los até a contradição, inquieto e como que perturbado pelo pressentimento da morte próxima.” (TAUNAY, 1997. p. 87)

Segundo Taunay (1997), o caminho de volta dos brasileiros foi tão duro quanto a incursão, onde os ataques inimigos, mesmo que à distância, aumentava ainda mais o número de baixas, que incluiu o Coronel Camisão e o guia Lopes.

A missão, que fora iniciada com 3000 homens, fora concluída sem o esperado sucesso com apenas 700, frustrados, doentes e abatidos, porém, felizes por continuarem vivos.

As dificuldades encontradas pelo contingente, segundo Taunay (1997), refletiram, por bom espaço de tempo, os desafios enfrentados pela Tríplice Aliança, que teve suas realidades alteradas, dentre vários fatores, a partir da adequação da Marinha Imperial, que se adequou para a navegação no Rio Paraguai, que Boiteux (2015) declara que:

“Ela teve de se adaptar , e o fez rápida e primorosamente, ao combate fluvial (em ‘águas marrons’), eis que era preparada , particularmente, para combater no mar (Marinha de ‘águas azuis’)” (BOITEUX, 2015, p. 78)

Segundo Boiteux (2015) a Marinha teve papel de grande importância no conflito, transportando homens e materiais ao campo de batalha; tomando posições às margens do rio, como a temível fortificação de Humaitá, bem como acolhendo os feridos nos “hospitais de sangue”.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA LOGÍSTICA IMPERIAL DURANTE O CONFLITO

A guerra contra o Paraguai, representou um desafio logístico significativo para o exército brasileiro. O conflito se deu em uma região de difícil acesso, distante dos grandes centros brasileiros, cujas expedições às alcançaram através de longas e penosas jornadas pelo interior do país, ou contornando o Oceano Atlântico o que complicou o transporte de tropas, suprimentos e armamentos, bem como ceifando muitas vidas antes mesmo de entrarem em combate.

A logística militar brasileira na guerra foi fortemente impactada, desde o recrutamento de soldados até o fornecimento de recursos humanos, materiais e transporte, gerando grande impacto na economia do Brasil que, segundo Doratioto (2002), os gastos custaram ao Império, “quase onze anos do orçamento anual”, gerando déficits nas décadas seguintes.

Os capítulos anteriores nos mostraram como funciona (ou deveria funcionar) um sistema logístico, seja ele civil ou militar e, ainda, algumas informações quanto ao desenrolar da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, extraídos de Taunay (1997), Doratioto (2002), Vargas (2005) e Boiteux (2015).

Através desses relatos, é possível perceber a importância de uma correta ação de planejamento, face a uma possibilidade de conflito armado, de maneira a realizar as missões com eficiência e eficácia, buscando a otimização dos recursos aplicados e mitigação dos óbices durante a campanha.

O exército brasileiro, desde períodos antecedentes ao conflito, era composto basicamente por dois grupos distintos e desarmônicos.

De um lado, encontravam-se os oficiais, originários de famílias de nome na sociedade, frequentadores do tradicional Colégio Pedro II, como a própria linhagem de Taunay, cuja formação militar lhes rendia elevado status social, permitindo-lhes a continuidade ao acesso às altas rodas do Império.

Já na outra extremidade hierárquica, encontravam-se os militares subalternos, já abordados a partir de Doratioto (2002), indivíduos sem grandes perspectivas ou oportunidades na sociedade, que viram no exército, uma porta para o gozo de certo prestígio, claro que incomparável aos oficiais.

Seus baixos salários e suportes inadequados, foram motivadores de muitas deserções, quando das convocações para a guerra.

Vejamos, a seguir, algumas percepções sobre o processo logístico imperial durante o conflito:

3.1 CONTINGENTE MILITAR BRASILEIRO

Antes de tratarmos sobre o esforço de guerra imperial brasileiro, devemos retornar algumas décadas, mais precisamente no período de 1825 a 1828, quando o Brasil lutou contra as Províncias Unidas do Prata, na Guerra da Cisplatina, que culminou na perda do território, que veio a se tornar a nação uruguaia.

Segundo Pereira (2007), ao o interesse brasileiro em manter a região era grande, porém, as condições de suporte à campanha eram precárias, uma vez que o império se encontrava em vulnerabilidade financeira, diante da recém proclamada independência.

Diante desse cenário, com seu exército mal equipado e mal preparado, explicitando sua vulnerabilidade diante de seus inimigos, Pereira declara:

“Lino Coutinho dizia que a guerra, transcorridos os dois primeiros anos, estava sendo feita injustamente, lançando a nação ao ‘último ponto de desgraça’, já que neste conflito, segundo ele, corria sangue brasileiro por imperícia do Imperador. Dizia que o governo brasileiro enviou ao combate ‘soldados bisonhos e quase paisanos’”. (PEREIRA, 2007.págs 230 e 231)

A partir de Pereira (2007), é possível perceber que o despreparo das forças imperiais já era realidade, com cidadãos sendo lançados ao front, sem o suporte necessário, décadas atrás, cujas consequências redundaram, não apenas na perda territorial, mas na elevação da dívida do país.

A experiência negativa vivenciada na Guerra da Cisplatina não provocou a aprendizagem por parte do governo imperial, que mantinha as escolas militares para a formação de oficiais, mais como uma forma de manutenção de status do que ações de preparo de comandantes estrategistas, voltados à defesa de seu território, quando necessário fosse.

Os batalhões, espalhados pelas províncias, eram compostos por pequenos contingentes, despreparados para combate a quaisquer ameaças, cujo corpo

subalterno era composto por indivíduos desvalorizados pela sociedade, mal pagos e desmotivados.

Doratioto (2002) descreve que o efetivo imperial era aquém da demanda territorial do país, principalmente comparado com o efetivo paraguaio, que desde a sua independência, em 1811, passa a investir em sua defesa e, posteriormente, a partir dos governos ditatoriais dos López, se preparam para lutar por seus interesses, que incluíam sua soberania e o livre comércio pela Bacia do Prata.

A convocação brasileira para a Guerra do Paraguai, segundo Doratioto (2002), ocorreu de forma gradual, envolvendo diferentes estratégias de recrutamento. No início do conflito, houve um forte foco no recrutamento de voluntários, mas com o tempo, devido à dificuldade de manter as forças militares organizadas e a falta de voluntários, a convocação de soldados foi complementada por outras estratégias, como a compra de escravos e a convocação de libertos, descrito por Toral (1995).

Durante o desencadear da guerra contra o Paraguai, o Brasil encontra muita dificuldade em arregimentar um contingente para os combates que, segundo Doratioto (2002), houve grandes deserções por parte dos membros da Guarda Nacional, sendo essa realidade alterada com campanhas atraentes, desenvolvidas pelo governo imperial e com a criação do Corpo de Voluntários da Pátria, que incluíam escravos e indígenas, de maneira compulsória.

3.2 SEGREGAÇÕES NO MEIO DA TROPA

A incorporação compulsória de negros ao Corpo e Voluntários da Pátria, segundo Toral (1995), visava a complementação do contingente diante da baixa adesão esperada pela campanha imperial, porém, deixando-os comporem pelotões específicos, de baixa patente.

Os indígenas, principalmente os Terena, etnia em maior número nas fileiras, segundo Vargas (2005), buscavam, através de seus engajamentos, prover meios para a manutenção de suas terras, contra os fazendeiros, que por fim, acabaram sendo destituídos de suas terras.

Esses indígenas, segundo Vargas (2005), eram proibidos de portarem armas, pelo receio por parte dos demais militares imperiais de se rebelar contra o império.

É possível perceber que o Império do Brasil, se por um lado, buscava fortalecer seu contingente contra um inimigo bem preparado e motivado, porém, esse mesmo império, em seu contexto histórico, vivenciava, com muita tranquilidade as questões relativas aos pobres, negros e povos indígenas, destacando claramente suas posições na sociedade, inclusive, destacado por Toral (1995) que “Lutar era para os pobres: o escravo no exército brasileiro”.

3.3 DESPREPARO PESSOAL E MATERIAL

A partir de Taunay (1997) e Doratioto (2002), é possível perceber o nível de despreparo do exército brasileiro durante a guerra contra o Paraguai, sendo o fator logístico, um dos principais desafios enfrentados durante o conflito, uma vez que o Brasil encontrava-se desorganizado e mal preparado para uma guerra a grande escala.

Ao analisar Toral (1995), Taunay (1997), Doratioto (2002), Vargas (2005) e Boiteux (2015), torna-se possível elencar algumas das principais consequências desse despreparo incluem:

- Falta de organização e logística: O exército brasileiro enfrentou dificuldades logísticas, quanto à mobilização, planejamento e execução das missões, devido à região de difícil acesso e à distância dos grandes centros brasileiros;
- Baixa qualidade das tropas: As tropas utilizadas no Uruguai eram em sua maioria contingentes armados de gaúchos e da Guarda Nacional, o que resultou em uma baixa qualidade de tropas e dificuldades no treinamento e na logística;
- Recrutamento de voluntários: O governo brasileiro tentou recorrer a voluntários para completar as fileiras militares, mas a participação dos brasileiros foi limitada e não supriu as demandas de tropas;
- Os “Involuntários da Pátria”: Devido à falta de voluntários, o governo brasileiro implementou a convocação de "involuntários da Pátria", que

incluíam ex-escravos libertos e indígenas para serem enviados para a guerra e guardas nacionais;

- Dificuldades logísticas: A guerra foi marcada por problemas logísticos, como a falta de equipamentos e suprimentos, o que dificultou a mobilização e o desempenho das tropas brasileiras;

O evento da tomada do Forte Coimbra, mencionado por Doratioto (2002), é um excelente exemplo do despreparo das forças brasileiras nos postos de defesa de suas fronteiras.

Poucos homens, mal treinados permitiram que, mesmo em tempo de instabilidades entre Brasil e Paraguai, fossem recepcionados militares inimigos, sejam eles em visita oficial, sejam eles disfarçados, angariando as informações que desencadearam a tomada do forte.

Doratioto (2002) nos mostra que houve relatos contraditórios, quanto às condições que culminaram na tomada do Forte Coimbra, cuja realidade, obtida por testemunhas oculares davam conta da possibilidade de uma maior resistência brasileira.

Outra dificuldade encontrada foi a dificuldade de navegação por meio pluvial, por parte da Marinha Imperial, abordado por Boiteux (2015), que demandou certo tempo até se adequar e desenvolver técnicas de suma importância nas retomadas das áreas invadidas e nas missões de contra ofensivas aliadas, transportando tropas e materiais, de maneira mais rápida e eficiente, bem como a retirada de feridos dos campos de batalha, com suas embarcações hospitalares, os “Hospitais de Sangue”

3.4 INEFICIÊNCIA LOGÍSTICA DOS ARSENAIS

Os arsenais do Império eram organizações situadas em várias de suas províncias, sendo os Arsenal da Corte, no Rio de Janeiro, o mais importante.

Essas instituições, segundo Boiteux (2015), eram responsáveis pelo recebimento, armazenagem e distribuição de materiais de fardamento, armamento, munição e material de campanha.

Apesar de suas existências, não havia uma doutrina, uma metodologia de aquisição, gerenciamento, distribuição e controle dos materiais distribuídos às

Unidades militares, destacado ainda por Boiteux (2015) que, por muitas oportunidades, equipamentos novos eram recebidos, sem o conhecimento do próprio pessoal, causando divergências de informação e atrasos nas distribuições, face a necessidade da familiaridade com o material, antes de pô-lo em utilização nos quartéis, em muitas oportunidades, sendo necessária a constituição de uma equipe para a produção de manuais de utilização e, posteriormente, capacitação dos soldados em pleno campo de batalha.

Segundo Boiteux (2015), as fábricas de armas e pólvoras do Império também eram limitadas quanto ao processo de produção, uma vez que, com a implantação do estado de guerra, elas não possuíam capacidade suficiente para o atendimento das demandas, que surgiam constantemente, com o desenrolar do conflito. Outro fator considerado como óbice logístico, na questão de distribuição bélica aos batalhões, foi a necessidade de todo material produzido nas fábricas, espalhadas pelo Império direcionarem suas produções para o Arsenal da Corte, para que esse distribuísse aos quartéis.

Essa prática demandava muito tempo, diante do grande espaço territorial do Brasil, associado à limitação dos sistemas de transporte, que acarretavam constantemente atrasos nas entregas aos militares nos fronts.

A partir de Boiteux (2015), percebe-se que a falta de um delineamento das necessidades, associadas às limitações produtivas das fábricas, levaram o Império a intensificarem a importação de armamentos e pólvora que apesar de serem mais dispendiosos, ocorriam em uma cadência mais eficiente, sem contar as melhorias tecnológicas dos produtos.

3.4 DESCRÉDITO E DESCONFIANÇA QUANTO A DURAÇÃO DO CONFLITO E REFERENTES A CERTOS COMANDANTES

Muitos brasileiros não criam em um conflito de longa duração, na duração, ao ponto de, ao tomarem conhecimento das propostas apresentadas pelo Imperador, motivando o alistamento, conforme descrito por Doratioto (2002), viram na possibilidade da ocorrência de uma guerra rápida, uma oportunidade de enriquecimento.

Taunay (1997), também aborda essa percepção, quando da manifestação de seu colega de Escola Militar, Catão Roxo e a própria motivação de Taunay, que via na expedição, uma oportunidade para desbravar os rincões brasileiros, em uma missão científica, ao invés de militar.

Segundo Taunay (1997), a credibilidade de certos comandantes designados para a missão de Mato Grosso, representaram fatores comprometedores dessa missão.

O corpo expedicionário de Mato Grosso fora constituído no início de 1865, tendo como Comandante, o Coronel Manoel Pedro Drago que, associado a vários outros oficiais de sua unidade, não criam na possibilidade de realizar tal missão e que, segundo Taunay (1997) “ocupava-se com futilidades” e “chegava a gabar-se de ter, em Campinas, cortado vestidos para senhoras apresentarem-se em bailes”, cujas futilidades lhe custou o seu comando, sendo substituído pelo Coronel José Antônio da Fonseca Galvão, que deu continuidade à jornada, alcançando a Província de Mato Grosso apenas em 1866.

Já durante o desenrolar da missão de Mato Grosso, segundo Taunay (1997) Galvão morre em 20 de dezembro de 1866, acometido pelas enfermidades da região, o Coronel Carlos de Moraes Camisão assume o comando da expedição, através da nomeação do Presidente de Mato Grosso.

Segundo Taunay (1997), a fama de Camisão não era das melhores, diante da ação de abandono da Fortaleza de Corumbá, por parte de seu Comandante, o Coronel Oliveira e seu suposto apoio a tal ação, denotando em sua nova tropa, um receio quanto aos direcionamentos que ele conduziria.

Pode-se dizer que esse receio fora confirmado, quando da relutância em continuar o ataque, já em terras paraguaias, justificando a questão de um feriado religioso, que permitiu o inimigo perceber a real situação da tropa brasileira, sendo esse um dos motivos da ação de retirada.

3.5 FRAGILIDADE NO PROCESSO DE RESSUPRIMENTO

Boiteux (2015) descreve os processos de aquisição de víveres para a tropa, em campo de batalha, estando a cargo de contratação de comissões civis, que, de

acordo com a determinação do próprio Caxias, as aquisições deveriam ser realizadas à vista e à dinheiro, que não retratou a realidade, nem a cadência de ressuprimento esperados. Por várias vezes, os militares brasileiros se viram sem os alimentos necessários para a manutenção da energia e a moral da tropa durante as batalhas.

Segundo Taunay (1997), os fornecimentos à tropa, eram interrompidos ou atrasados por parte desses contratados, mencionados por Boiteux (2015), cujos órgãos de contratação e gerenciamento não acompanhavam os cumprimento dos contratos celebrados com esses civis, comprometendo os avanços e a manutenção das tropas.

Outro ponto a se destacar sobre a fragilidade no processo de ressuprimento, está ligada à inexistência de um sistema de transporte de material onde, por considerável tempo, segundo Boiteux (2015), “foi a causa de incríveis padecimentos de nossa tropa”, sendo “superadas quando o material trazido pelo exército era trazido pela Marinha”.

Percebe-se, portanto, que a dificuldade enfrentada pela Comissão de Mato Grosso, descrita por Taunay (1997), era a realidade geral brasileira em todas as frentes.

3.5 TÉCNICAS E TECNOLOGIAS EMPREGADAS NO CONFLITO

A inovação, em quaisquer áreas, pode representar elevação da capacidade desenvolvimento das atividades, permitindo a manutenção da posição ou seu avanço.

Boiteux (2015), destaca as seguintes técnicas e tecnologias utilizadas durante o conflito, já durante o processo de contra ofensiva aliada, meios e métodos inovadores foram inseridos, que garantiram suas posições e decretaram a derrota dos paraguaios, a saber:

“emprego em profusão do telégrafo elétrico; construção da estrada de ferro para o transporte de tropas [...]; ligações por ‘foguetes iluminativos [...]; exploração da observação de tropas e do terreno por meio de ‘balões cativos’ (aeróstatos) [...]; postos elevados de observação terrestre [...]” (BOITEUX, 2015, p. 78-9)

Cabe ressaltar que muitas dessas técnicas, segundo Boiteux (2015), surgiram no próprio campo de batalha onde, durante os combates, a criatividade e a capacidade estratégica permitiram a implantação desses meios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra Brasil contra o Paraguai, ocorrida no período entre 1864 e 1870, representou um período na história brasileira e sul americana, como um evento de grandes proporções cujos prejuízos, tanto materiais, quanto pessoais, se deram nas mesmas proporções

As análises desse momento histórico, com enfoque nos processos logísticos envolvidos contribuirão para que, acadêmicos, pesquisadores e indivíduos com interesse sobre o tema possam, através desta pesquisa, serem auxiliados quanto às ações tomadas pelo Brasil, durante a guerra, com vistas a ratificar ou mesmo retificar suas percepções iniciais.

Todos os conflitos armados trazem dor e sofrimento, principalmente àqueles que se posicionam no meio da linha de fogo, no meio do combate, mas também podem provocar refrigério ou desespero, aos combatentes que, ao colocarem suas vidas em risco, dependendo do suporte que recebem para o cumprimento de suas missões.

Desafios como as vastas distâncias percorridas pelas tropas, principalmente, as designadas para a Missão de Mato Grosso, associados às questões climáticas e sanitárias, foram fatores que pesaram no desempenho brasileiro durante a guerra.

Associadas às questões regionais e naturais, as limitações logísticas, desde as mobilizações do corpo expedicionário, até as ações de suprimento de material, alimentos e extração de feridos, pesaram, e muito, na longa duração do conflito.

Durante as pesquisas, percebeu-se que o Paraguai possuía um bom contingente, mais bem preparado que o Brasil, porém, estava limitado aos suprimentos adquiridos antes da beligerância, uma vez que as importações de armamentos e munições fora interrompida, principalmente pelo fato de precisarem vir pelo Oceano Atlântico e, ainda, com toda essa dificuldade, lograram êxito em muitas batalhas, com destaque às ações de inteligência desenvolvidas pelos oficiais de Solano López.

A partir de ações logísticas melhor coordenadas e executadas, o Brasil e seus aliados passaram a ganhar territórios durante a batalha, culminando na morte de Solano López e grande parte da população masculina do país, levando o Paraguai a

um estado de grande desproporção de gênero, com o extermínio dos homens adultos e, ainda, a perda de parte de seu território.

Porém, até chegar a esse desfecho, o Império brasileiro se encontrava em uma realidade desmotivadora à mobilização, onde oficiais e militares subalternos viviam realidades distintas, em que os oficiais, descendentes da oligarquia da época, eram bem instruídos através de grandes instituições de ensino, como o Colégio Pedro II, ao passo que os demais militares eram aqueles que conseguiram ingressar no exército, porém, mal remunerados e sem o devido suporte.

As campanhas de mobilização, oferecendo melhorias aos alistados, aumentou o efetivo, mas não surtiu o resultado esperado, levando a utilizar os negros (escravos e libertos), bem como os indígenas, que desempenharam funções de grande importância durante a guerra, mas não receberam o devido reconhecimento.

Ao analisar o desenrolar da missão de Mato Grosso, é possível perceber o nível de despreparo do Brasil, cujas ações de certos comandantes, que se preocupavam com o status social, como o caso do Coronel Drago, que trocou sua tarefa de defender o território brasileiro, por bailes e damas, ou como o Coronel Camisão que, já em território paraguaio que, com um efetivo reduzido e maltratado pelos desafios, ainda motivados a seguirem adiante, tiveram que acatar a determinação de seu comandante em aguardar a passagem do período da Semana Santa, permitindo que o inimigo, acuado, pudesse analisar a situação da tropa brasileira, que fizeram retirarem-se de seu território, frustrando a missão brasileira.

Ao analisar o relato de Taunay (1997), é possível perceber as dificuldades que os soldados brasileiros enfrentaram durante a guerra. A logística, durante esse evento teve participação preponderante na definição de vencedores e vencidos; no alcance de lucros ou em prejuízos; na segurança ou na insegurança.

As incertezas quanto ao recebimento de alimento, armas e medicamentos, associada à precariedade do transporte dos feridos e enfermos, eram realidades constantes nas vidas desses bravos guerreiros que, mesmo diante dessas situações, se mantinham firmes no propósito original, livrar o Brasil de Solano López.

É possível perceber que ações oportunas e eficientes de planejamento e controle; delineamento de necessidades e execução, são responsáveis pelo resultado positivo da empreitada, independente do ramo no qual esteja atuando.

A logística deve estar presente para a realização de uma atividade ou tarefa onde, através do planejamento, haverá a percepção das demandas necessárias, que serão providas (atendidas), de maneira correta e oportuna, ao passo que a falta dessa ação logística, acarretará um cenário mais longo, penoso e incerto, como ocorrido com as forças brasileiras, que passaram a lograr êxito, por exemplo, a partir da adequação da Marinha para missões fluviais, mudando a história da guerra.

Em todos os lugares, em todas as situações, a logística sempre estará. Cabe aos responsáveis utilizar suas ferramentas corretamente, para que os sofrimentos sejam evitados ou mitigados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITEUX, Nilson. **Aspectos Logísticos da Guerra do Paraguai**. Campo Grande, MS. Life Editora. 2015.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. 532 p

BRANSKI, R.M. **O papel da tecnologia de informação no processo logístico: estudo de casos com operadores logísticos**. Tese de doutorado. Escola politécnica da Universidade de São Paulo, SP, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-01102008-144646/publico/VERSAO_COMPLETA_REVISADA.pdf.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Operações Conjuntas**. Vol. 3. 1. ed. Brasília: MD, 2011b

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. 4. São Paulo: Cengage Learning, 2018. 1 recurso online.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015.

MARIN, J. R., & SQUINELO, A. P. (2019). **A ocupação paraguaia em Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai**. *Revista Territórios E Fronteiras*, 12(2). <https://doi.org/10.22228/rtf.v12i2.961>

NOGUEIRA, Écio. **Tudo o que você queria saber sobre qualidade total em academias**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 1997.

PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na Construção do Estado no Brasil**. Tese de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2007. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_PEREIRA_Aline_Pinto-S.pdf

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

SQUINELO, A. P. (2020). **O que as narrativas didáticas de história contam sobre a Guerra Guasu 150 anos depois? Mulheres, crianças, negros e indígenas em uma mirada comparada: Brasil, Paraguai e Uruguai**. *Diálogos*, 24(3), 242-264. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i3.56815>

SILVA JUNIOR, José L. **A Inteligência Militar e as Operações de Informação nos Conflitos da Atualidade**. A Lucerna. Brasília, DF. Vol. 3, ISSN 2316 – 364X. P 2-9. junho 2013. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/lucerna/article/view/11709/9357>

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **A Retirada da Laguna**. São Paulo, SP: Schwarcz LTDA. 1997.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **BASES MILITARES: um entendimento na perspectiva dos grandes empreendimentos**. *Ateliê Geográfico*, 284-307. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/19253/13913>

TORAL, A. A. de. (1995). **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai**. *Estudos Avançados*, 9(24), 287-296. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8880>

TORRES, Ricardo Lobato. **A Indústria Automobilística Brasileira: uma análise da cadeia de valor**. 2011. 179 f. Tese (Mestrado em Economia). Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95276>

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **Os Índios Terena e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870)**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <https://snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1593.pdf>